

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
ESCRITÓRIO NO BRASIL



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod WAD00084

FUNAI-SETEC
ENTRADA: 310381
PROTOCOLO: 115
RUBRICA: 1.000.000

CONTRATO DE PEQUENOS SERVIÇOS Nº 01/136

CONTRATADA - Centro de Trabalho Indigenista - CTI

***PROJETO BRA/96/018 - Integrated Project for the Protection of
Indigenous Lands and Population in Legal Amazon - PPTAL***

[Handwritten signatures and initials]

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/136

I. PREÂMBULO

Sob a égide do Acordo Básico de Assistência Técnica, assinado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, a 29 de dezembro de 1964, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 11, de 25 de abril de 1966 e promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, doravante denominado CONTRATANTE, com escritório em Brasília (DF), localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, Edifício Corporate Financial Center, 7º andar, neste ato representado pelo seu Representante Residente, Dr. Walter Franco, em nome do Projeto BRA/96/018 - Integrated Project for the Protection of Indigenous Lands and Population in Legal Amazon - PPTAL, executado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, doravante denominada BENEFICIÁRIO, acorda com Centro de Trabalho Indigenista - CTI, doravante denominado CONTRATADO, localizado na Rua Fidalga, 548, sala 13 - Vila Madalena - 05432-000 - São Paulo - SP, neste ato representado pela sua Secretária Executiva, Sra. Bernadetti Franceschini, o presente Contrato, de acordo com as condições estabelecidas a seguir.

CONSIDERANDO QUE:

- (I) O CONTRATANTE e o BENEFICIÁRIO assinaram em 14 de novembro de 1996 o Documento do Projeto BRA/96/018 - Integrated Project for the Protection of Indigenous Lands and Population in Legal Amazon - PPTAL;
- (II) Para implementação da Atividade 2.5.3, do Resultado 2.5 do Projeto BRA/96/018, faz-se necessária a contratação dos Serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência;
- (III) Tendo a CONTRATADA demonstrado possuir os requisitos profissionais necessários, pessoal e recursos técnicos para a execução dos Serviços;

As Partes concordam em assinar o presente Contrato, nos termos e condições aqui definidos.

Constituem partes integrantes deste Instrumento os seguintes Anexos:

- As Condições do Contrato;
- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Proposta da Contratada.

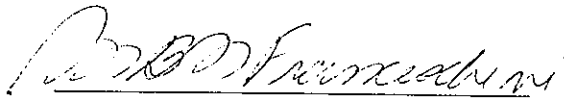


E por estarem de pleno acordo, e para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Brasília, 26 de julho de 2001.

Contrato N° 01/136


Walter Franco
Representante Residente
PNUD - Brasil


Bernadetti Franceschini
Secretária Executiva
Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Testemunhas :



CONDIÇÕES DO CONTRATO

[Handwritten marks and signatures]

CONDIÇÕES DO CONTRATO

1. Lei Aplicável

1.1. Este Contrato, seu significado e sua interpretação, e a relação entre as Partes signatárias, devem ser regidos pelas regras do Sistema das Nações Unidas.

1.2. Os Serviços deverão ser executados de acordo com a Legislação Brasileira e as normas aplicáveis, cabendo inteiramente à CONTRATADA a responsabilidade por todos os encargos decorrentes da observância da legislação em vigor.

1.3. A CONTRATADA será responsável por todas as taxas, impostos, emolumentos e outras obrigações tributárias resultantes deste Contrato.

2. Relação entre as Partes

Nada aqui contido deverá ser interpretado como estabelecendo, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, relações de subordinação, ficando a CONTRATADA adstrita às obrigações por ela assumidas pelo presente Contrato. Da mesma forma, nenhuma pessoa admitida pela CONTRATADA para executar qualquer obrigação decorrente deste Contrato poderá, sob nenhuma hipótese, ter qualquer relação de vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

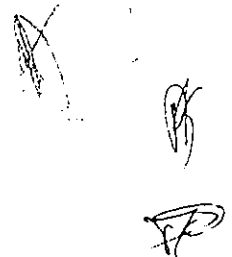
3. Objeto

O presente Contrato tem por objeto dar continuidade às ações de vigilância da Terra Indígena Waiãpi, capacitando a comunidade para a defesa e gestão territorial sustentável e autônoma.

4. Obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA deverá, a partir da assinatura do presente Contrato, desenvolver os seguintes serviços:

- 4.1. Aquisição dos equipamentos necessários às ações de vigilância;
- 4.2. Expedição de vigilância ao rio Muduruku (limite sul);
- 4.3. Fiscalização nos limites junto a rodovia;
- 4.4. Viagem ao rio Jaryta (limite norte);
- 4.5. Preparação do primeiro módulo do curso de administração;
- 4.6. Implantação de 10 roças nos limites da Terra Indígena;
- 4.7. Reunião e Assembléia com lideranças Waiãpi;
- 4.8. Expedições de vigilância às linhas secas Jakareakâgoka/ Pinoty e à ramal do INCRA próximo à área;
- 4.9. Preparação do segundo módulo do curso de administração;
- 4.10. Expedição de vigilância à linha seca Ary/ Pinoty;
- 4.11. Sovrevôo aos limites da T.I Waiãpi;
- 4.12. Reunião com habitantes de assentamento rural próximo para tratar de invasões na área;
- 4.13. Curso de mecânica para motor de popa;
- 4.14. Expedição de vigilância ao limite oeste (Rio Muruku);
- 4.15. Expedição de vigilância aos rios Ary e Pakwar;
- 4.16. Curso de administração;
- 4.17. Expedição de vigilância ao rio Riozinho;
- 4.18. Visita à Reserva Extrativista Iratapuru;
- 4.19. Visita à cachoeira Santo Antônio em Laranjal do Jari;
- 4.20. Expedição ao rio Muruku;
- 4.21. Assembléia de parceria;



- 4.22. Curso de construção de canoa;
- 4.23. Expedição ao Rio Jaryta;
- 4.24. Cursos de mecânica e administração;
- 4.25. Apoio ao assentamento de famílias Waiãpi na região do Okakai;
- 4.26. Apoio ao assentamento de famílias Waiãpi na foz do rio Ary;
- 4.27. Sobrevôo completo ao limites da Terra Indígena Waiãpi;
- 4.28. Apoio ao assentamento de famílias Waiãpi na foz do rio Mukuru.

5. Obrigações do CONTRATANTE/Projeto

- 5.1. O CONTRATANTE efetuará o pagamento das 07 (sete) parcelas, conforme Anexo I – Termo de Referência, item 12, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente autorizada pelo Projeto.

6. Duração do Contrato

A duração do presente Contrato é de 17 (dezessete) meses a contar da data de sua assinatura pelas Partes.

7. Valor do Contrato

O valor total do contrato é de R\$ 140.889,50 (cento e quarenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

8. Forma de Pagamento

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com o item 12 do Anexo I – Termo de Referência, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA devidamente atestada pelo Projeto.

8.2. Deverá ser indicado na Nota Fiscal/Fatura os dados bancários da CONTRATADA para onde deverá ser efetuada a transferência bancária.

9. Penalidades

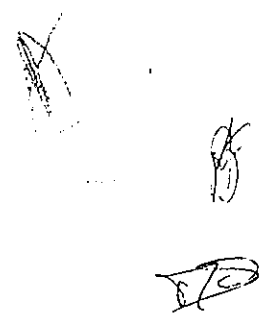
A CONTRATADA estará sujeita a uma multa de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato no caso de quebra unilateral do mesmo, o que inclui o não cumprimento total ou parcial de qualquer obrigação, incluindo atrasos na prestação dos serviços, sem prévia anuência do CONTRATANTE/PROJETO.

10. Uso do Nome, Emblema ou Selo Oficial do PNUD

A CONTRATADA não anunciará nem fará domínio público o fato de que é fornecedor do PNUD e/ou de seus Projetos. A CONTRATADA não poderá usar o nome, siglas, abreviaturas, emblema ou selo oficial das Nações Unidas, do PNUD e/ou dos seus Projetos para benefício do seu negócio ou sob qualquer circunstância.

11. Arbitragem

11.1. Qualquer disputa entre as Partes envolvendo questões relacionadas a este Instrumento que não tenham sido resolvidas dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento de notificação escrita, contendo solicitação de acordo amigável entre as Partes, deverá ser submetida a processo de arbitragem.



11.2. Os procedimentos de arbitragem devem ser conduzidos em Brasília-DF, de acordo com as regras e procedimentos para arbitragem da *United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL)* em vigor à data deste Contrato.

12. Imunidade do Processo

Nada aqui contido deverá ser considerado como renúncia, implícita ou explícita, da imunidade da qual o PNUD possa gozar, seja de acordo com a Convenção de Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas do Sistema das Nações Unidas ou qualquer outra convenção, acordo, lei, ordem ou decreto de caráter nacional, internacional ou outro diferente.

13. Das Partes e seus Representantes Autorizados

13.1. Contratante

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SCN – Quadra 02, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center – 7º andar
70712-900 – Brasília, DF – Brasil
Telefone: (061)329-2000
Fax : (061)329-2029

Representante Autorizado: Walter Franco ou seu representante designado.

13.2. Contratada

EMPRESA: Centro de Trabalho Indigenista - CTI
End: Rua Fidaiga, 548, sala 13 - Vila Madalena - 05432-000 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 818-3301
Fax: (11) 212-1520

Representante Autorizado: (11) 212-1520

13.3. Beneficiário

AGÊNCIA EXECUTORA: Fundação Nacional do Índio - FUNAI
End: SRTVS 902 Ed.Lex Sala 348 Brasília/DF 70.930-025
Tel.: (61) 225.5841
Fax: (61) 313.3716

Representante Autorizado: Glênio da Costa Alvarez – Presidente

13.4. Projeto

BRA/96/018 - Integrated Project for the Protection of Indigenous Lands and Population
in Legal Amazon - PPTAL
End.: SRTVS 902 Ed.Lex Sala 348 Brasília/DF 70.930-025
Tel.: (61) 313.3717
Fax: (61) 313.3716

Representante Autorizado: Themis Quezado de Magalhães

Parágrafo Único: Qualquer uma das Partes poderá alterar seu endereço mediante comunicação por escrito à outra Parte sobre tal alteração.



ANEXOS

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. NÚMERO E TÍTULO DO PROJETO

- Número do Projeto : PNUD/ BRA/ 96 / 018
- Título do Projeto: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL

2. SUBTÍTULO

Programa de Vigilância da Terra Indígena Waiãpi.

3. CLASSIFICAÇÃO NO PLANO OPERATIVO ANUAL (POA) E NO PRODOC

- Componente do POA: (2) Ações de Vigilância
- Subcomponente do POA: 02.01.01.00.10
- Resultado do PRODOC: 2.3

4. CONTEXTO

A demarcação da Terra Indígena Waiãpi, concluída em 1996, constituiu-se numa experiência piloto de auto-demarcação, tendo sido implementado pela FUNAI, com assessoria do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e contando com financiamento da GTZ. O objetivo dessa experiência foi o de garantir ampla participação da comunidade waiãpi no processo de regularização e defesa de seu território. Além disso, poderia servir como um modelo a ser aplicado em outras terras indígenas.

Entre o segundo semestre de 1999 e o final do ano 2000, o PPTAL apoiou a execução de um Plano de Vigilância para a referida terra indígena. O trabalho foi levado à efeito pelo CTI, sob a coordenação da antropóloga Dominique T. Gallois e contando com a assessoria de um técnico indigenista, responsável pelo acompanhamento aos Waiãpi na realização das atividades em campo, sendo: limpeza e manutenção das picadas e clareiras, implantação de núcleos de ocupação em



pontos estratégicos da área, e expedições de fiscalização. O CTI executa o plano em parceria com o Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA).

Houve também a assessoria de um antropólogo baseado em Macapá, o qual assumiu as tarefas ligadas à parte operacional e financeira do projeto, além de acompanhar as relações sócio-econômicas entre os Waiãpi e a população regional.

Em fins do ano passado, o CTI encaminhou ao PPTAL proposta para continuidade das ações de vigilância da Terra Indígena Waiãpi, pelo período de 17 (dezesete) meses. A justificativa para um novo plano é a necessidade de consolidar o processo de conscientização dos Waiãpi sobre a necessidade de se manter o controle permanente de seu território diante da presença, em seu entorno, de garimpos e assentamentos rurais, os quais representam uma ameaça real a integridade da área.

Para essa nova fase, pretende-se repassar paulatinamente aos Waiãpi o gerenciamento da atividade, atualmente administrada pelo CTI, com o objetivo de ajudá-los a conquistar a plena autonomia em relação à gestão de seu território.

5. OBJETIVO

Dar continuidade às ações de vigilância da Terra Indígena Waiãpi, capacitando àquela comunidade para a defesa e gestão territorial sustentável e autônoma

6. ABRANGÊNCIA

Grupo Indígena Waiãpi - família linguística Tupi-Guarani; população 520 (quinhentos e vinte) pessoas; superfície da Terra Indígena Waiãpi: 607.017,24 ha; localização: Estado do Amapá (AP).

7. ATIVIDADES

a) Apoio e subsídio aos Waiãpi para a fiscalização da terra indígena;

- Expedições de equipes indígenas aos limites da terra demarcada promovendo a fiscalização e a limpeza de picadas e clareiras;



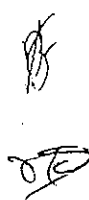
- Implantação de novas roças e/ ou aldeias em pontos estratégicos da área, escolhidos pelas equipes indígenas;
- Sobrevôos periódicos em todas a extensão dos limites da terra indígena e voôs de apoio à instalação de um núcleo permanente no extremo norte da área (Okakai);
- Instalação e manutenção de equipamentos de transporte e de comunicação, incluindo cursos de mecânica em motor de popa, curso de construção de canoa e treinamento em uso e manutenção de radiofonia.
- Edição de um mapa e um livreto com informações detalhadas sobre a terra indígena e seu entorno.

b) Aprimoramento e Capacitação dos Waiãpi em gestão territorial e administrativa.

- Reuniões/ assembléias com os líderes Waiãpi, para planejamento e avaliação das atividades previstas neste Plano;
- Apoio à participação dos Waiãpi em eventos relacionados à questão ambiental e fundiária. Visitas de indígenas à assentamentos rurais e reservas extrativistas localizadas nas proximidades da terra Waiãpi;
- Cursos de administração, com a participação de jovens e adultos Waiãpi, realizados na própria terra indígena;
- Apoiar o acompanhamento, em sistema de rodízio, de dois Waiãpi em todas as atividades dos assessores não-índios no que diz respeito às questões operacionais e administrativas do Plano;
- Regularização das estações de rádio a serem adquiridas através deste Programa e adequação do sistema de radiofonia de uso interno às aldeias Waiãpi;
- Assessoria permanente, em termos antropológicos e administrativos, ao Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA).

8. RESULTADOS

Consolidação do Plano de Vigilância, através da plena conscientização e capacitação dos Waiãpi para a gestão e proteção de seu território; bem como o esclarecimento da população regional sobre os respeito à integridade da terra indígena.



9. CONTRAPARTIDA DA COMUNIDADE

Os Waiãpi e o CTI entrarão, como contrapartida, com os equipamentos já disponíveis em Macapá e na terra indígena, adquiridos nos anos anteriores: radiofonias (08 unidades em funcionamento), canoas motorizadas, veículo Toyota, móveis de escritório e computadores.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

As atividades do Plano de Vigilância realizar-se-ão ao longo de 17 meses, conforme tabelas a seguir:

Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal
PPTAL
 Termo de Referência

Atividades ao Longo de 17 meses	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
- Aquisição dos equipamentos necessários às ações de vigilância.	X	X															
- Expedição de vigilância ao rio Mukuru (limite sul): possível presença de garimpo	X																
- Curso de construção de canôa (alternativa de transporte para ações de vigilância); Fiscalização nos limites junto à rodovia.		X															
- Viagem ao rio Jaryta (limite norte); primeiro módulo do curso de administração.			X														
- Início da implantação de 10 roças nos limites da Terra Indígena.				X	X												
- Reunião/ Assembléia com lideranças Waiãpi																	
- Expedições de vigilância às linhas secas Jakareakãgoka/ Pinoty e à ramal do INCRA próximo a área.					X												
- Segundo módulo do curso de administração. Expedição de vigilância à linha seca Ary/ Pinoty						X											
							X										

11. CUSTOS

Orçamento para 17 meses

I – Assessoria: coordenação, auxiliar administrativo, consultorias, prestação de serviços e passagens

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
I.1	Técnico Indigenista (coord.)	R\$ 2.000,00 mensais	R\$ 34.000,00
I.2	Auxiliar administrativo	R\$ 500,00 mensais	R\$ 8.500,00
I.3.	Consultoria antropológica	R\$ 1.500,00 p /semestre	R\$ 4.500,00
I.4	Consultor curso administração	R\$ 1.500,00 p/ curso	R\$ 6.000,00
I.5	Instrutor em mecânica	R\$ 700,00 p/ curso	R\$ 1.400,00
I.6	Instrutor construção de canoas	R\$ 800,00 p/ curso	<i>R\$ 1.600,00</i>
I.7	serviços motoserrista	R\$ 1.000,00 p/ empreita	R\$ 1.000,00
I.8	Diárias consultores	R\$ 69,00 X 30	R\$ 2.070,00
I.9	Passagens aéreas SP/MCP/SP	R\$ 1.400,00 X 3	R\$ 4.200,00
	SUB-TOTAL		R\$ 63.270,00

II - Despesas de manutenção para estágio, cursos e reuniões (p/ combustível ver item seguinte)

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
II.1	Fretes entre Macapá e TI Waiãpi	RS 350,00 / frete	RS 4.900,00
II.2	Aj.custo/alimentação estagiários	RS 300,00 mensal	RS 5.100,00
II.3	Apoio alimentação assembleias	RS 1.036,00 p/ assembl	RS 3.108,00
II.4	Apoio alimentação cursos administ	RS 838,00 pcurso	RS 3.352,00
III.5	Apoio alimentação cursos mecanica	RS 450,00 pcurso	RS 900,00
	SUB-TOTAL		RS 17.360,00

Base de cálculo:

- Para cada curso de administração e cada assembleia, serão necessários dois fretes, de ida e de volta.
- Cada um dos dois estagiários waiãpi que passa 3 semanas em Macapá (sistema de rodízio) recebe uma ajuda de custo que cobre sua alimentação no período, de R\$ 50,00 por semana. No total, são R\$ 150,00 por estagiário, ou R\$ 300,00 para cada dupla.
- Para cada curso de administração é necessário apoio para alimentação de 24 participantes, durante 5 dias. O custo é de R\$ 5,00 por pessoa por dia, totalizando $24 \times 5 \times 5 = \text{R\$ } 600,00$, além de serviços de apoio para a cozinha no valor de R\$ 238,00 por curso. No total são R\$ 838,00 por curso.
- Para cada curso de mecânica, o custo de apoio à alimentação é de R\$ 450,00, correspondendo a 10 alunos por 5 dias e apoio para cozinha.
- Para cada reunião/assembleia, com a presença de 60 pessoas, é necessário um apoio para alimentação, no valor de R\$ 5 por pessoa / dia, totalizando $60 \times 5 \times 3 \text{ dias} = \text{R\$ } 900,00$ e apoio a cozinha, no valor de R\$ 136,00, totalizando então R\$ 1.036,00.

III - Suprimentos e serviços para as atividades das equipes Waiãpi

III.1 - Frete de aeronave:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.2.1	Frete de Aeronave / Okakai (3 horas)	R\$ 2.400,00 / frete	R\$ 4.800,00
III.2.2	Frete Sobrevôo TI W (6 horas)	R\$ 4.800,00 / frete	R\$ 9.600,00
	SUB-TOTAL		R\$ 14.400,00

III.2 - Combustíveis e lubrificantes para suporte às atividades de vigilância:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.1.1	OleoDiesel - transporte MCP/TI	R\$ 0,83 X 800 litros	R\$ 664,00
III.1.3	Comb. para expedições	ver tabela a seguir	R\$ 6.748,20
	Comb. para cursos	R\$ 380,10 / curso	R\$ 1.520,40
	Comb. para estágios	R\$ 390,00 / mês	R\$ 6.630,00
III.1.4	Comb. para reuniões / assembléias	R\$ 473,60 por reunião.	R\$ 1.420,80
	SUB-TOTAL		R\$ 16.983,40

Memória de cálculo: Gasolina = R\$ 1,80 / litro - Diesel = 0,83 / litro - Óleo 2 tempos = R\$ 3,50 / litro - Óleo lubrificante - R\$ 4,00 / litro

- Comb. necessário para cada assembléia = 120 l. diesel = 99,60 + 200 l. gasolina = 360,00 + 04 l. óleo 2t = 14,00 = R\$ 473,60
- Combustível necessário para cada curso de administração = R\$ 380,10 (120 litros de diesel + 150 litros de gasolina + 3 litros de óleo 2t)
- Combustível mensal necessário para transporte dos estagiários = R\$ 390,00 (100 litros de gasolina + 240 litros diesel + 2 litros de óleo 2T)
- Combustível necessário para equipes de vigilância - detalhamento do primeiro período de 9 meses, no total de R\$ 3.348,80

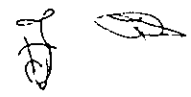
III.4. Suprimentos para expedições / equipes Waiãpi:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.3.1	Suprimentos para expedições	ver tabela a seguir	R\$ 6.816,10
III.3.2	Supr. construção canoas	R\$ 280,00 / curso	R\$ 560,00
	SUB-TOTAL		R\$ 7.376,10

- Suprimentos necessários para as expedições durante o primeiro período de 9 meses:

III.5 - Manutenção dos equipamentos (Veículo Toyota, aparelhos de rádio, motosserras, motores de popa e voadeiras) das aldeias e da oficina Waiãpi. Inclui tanto peças de reposição quanto serviços:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.5.1	Manutenção Toyota, canoas, motores de popa e unidades radiofonia	R\$ 1.000,00 mensais	R\$ 17.000,00
	SUB-TOTAL		R\$ 17.000,00

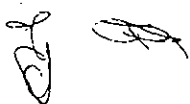



IV. - Cartografia:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
V.1	Aquisição imagens de satélite	R\$ 3.000,00 (média)	R\$ 3.000,00
V.2	Edição livro de mapas waiãpi	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
	SUB-TOTAL		R\$ 4.500,00

V - Resumo dos itens orçamentários

Item	Descrição	Total p/ 17 meses
I	Assessoria e serviços	R\$ 63.270,00
II	Estágios, cursos e assembléias	R\$ 17.360,00
III.1	Fretes aeronave	R\$ 14.400,00
III.2	Suprimentos - combustíveis	R\$ 16.983,40
III.3	Suprimentos - mat. expedições	R\$ 7.376,10
III.4	Manutenção equipamentos	R\$ 17.000,00
IV	Cartografia	R\$ 4.500,00
Total		R\$ 140.889,50

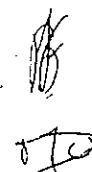
12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/ PRESTAÇÃO DE CONTAS/ PRODUTOS

Produto N°	Data	Valor	Produto
1	10 dias úteis após assinatura do contrato	R\$ 21.508,50	Na assinatura do contrato, para início imediato das atividades previstas no plano operacional em anexo
2	10° dia útil após o 3° mês de atividades	R\$ 31.690,10	Contra apresentação de relatório físico referente as atividades do primeiro trimestre.
3	10° dia útil após o 6° mês de atividades	R\$ 20.818,40	Contra apresentação de relatório físico referente as atividades do segundo trimestre. + apresentação do detalhamento do orçamento para a continuidade do Plano de Vigilância Waiapi na segunda etapa de 2002 .
4	10° dia útil após o 9° mês de atividades	R\$ 20.274,50	Contra apresentação do relatório físico referente as atividades do terceiro semestre.
5	10° dia útil após o 12° mês de atividades	R\$ 20.299,00	Contra apresentação do relatório físico referente as atividades do quarto semestre.
6	10° dia útil após o 15° mês de atividades	R\$ 20.299,00	Contra apresentação do relatório físico referente as atividades do quinto semestre .
7	10° dia útil após o 17° mês de atividades	R\$ 6.000.,00	Apresentação do Relatório e Prestação de contas Finais sobre a atividade aplicação financeira referente as atividades desenvolvidas no período de 17 meses.
TOTAL		R\$ 140.889,50	

OBS) O CTI apresentará mensalmente ao PPTAL prestação de contas dos recursos liberados. Cada prestação de contas deverá ser apresentada em até quinze dias do mês subsequente. Para cada parcela a ser concedida, há a contra apresentação de um produto na forma como está discriminado acima.

13. CONTATO AGÊNCIA NACIONAL

A organização deverá se reportar à Secretária Técnica do PPTAL, antropóloga Themis Quezado de Magalhães, pelos telefones: 0XX61 – 226 7500/ 313 3716.

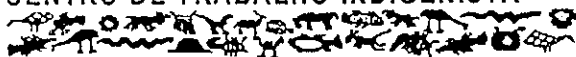




ANEXO II - PROPOSTA DA CONTRATADA






CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA



Rua Fidalga, 548, Sala 13 – Vila Madalena
05432-000 - São Paulo, SP - Tel: 011- 818 3301 - Fax: 011- 212 1520
e-mail: cti@dialdata.com.br - waiãpi@trabalhoindigenista.org.br

CONSELHO DAS ALDEIAS WAIÃPI / APINA

Rua São José, nº 1570 - Centro - 68906-270 - Macapá - AP
Tel: 096-2129146 - Fax: 096212-9159
e-mail: apina@tvsom.com.br

Programa de vigilância e fiscalização da TI Waiãpi Plano de atividades para 2001 / 2002

I. Características e objetivos gerais

O Programa de Vigilância e Fiscalização da TI Waiãpi consiste em um conjunto articulado de ações desenvolvidas em parceria com todas as aldeias desta área, para a fiscalização permanente dos limites da terra demarcada e para o fortalecimento de uma gestão territorial conduzida em âmbito coletivo.

O programa foi iniciado em maio de 1997, mas logo interrompido. Foi re-iniciado no período de dezembro 1999 a dezembro de 2000, quando as atividades priorizaram o trabalho de reavivitação dos limites da terra demarcada.

O plano de atividades que apresentamos a seguir apresenta novas metas e novos procedimentos, visando aprimorar a capacitação dos Waiãpi para a gestão e administração de ações de controle territorial, mantendo-se como objetivo principal o fortalecimento do processo participativo de vigilância permanente dos limites de sua terra.

Será executado como uma parceria entre o CTI e o Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina. A verba solicitada para realização das atividades continuará sob responsabilidade institucional do CTI, mas sua administração será acompanhada permanentemente pelos Waiãpi que deverão participar de todas as etapas envolvidas no uso e controle desta

verba. Indicamos adiante os procedimentos que pretendemos implantar para viabilizar esta responsabilidade compartilhada.

A proposta de atividades e orçamento que apresentamos ,anexo, cobre um período total de 17 meses -. No que segue, apresentamos o cronograma e o detalhamento das atividades a serem realizadas.

II. Resumo das atividades propostas

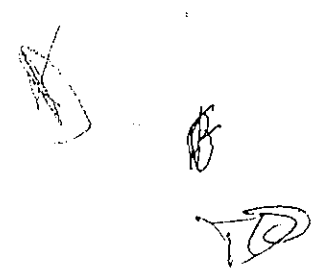
Para facilitar a apresentação do plano, separamos as diversas atividades em duas linhas temáticas, a seguir. Mas é essencial levar em consideração que, na perspectiva das aldeias e das equipes Waiãpi que participam dos trabalhos, todas essas ações constituem um todo integrado.

II. 1. Para apoiar e subsidiar os Waiãpi na fiscalização permanente de sua terra:

- Expedições de equipes indígenas nos limites da terra demarcada;
- Implantação de novas roças e/ou aldeias em zonas limitrofes, em locais escolhidos pelas equipes indígenas ;
- Sobrevãos anuais em toda a extensão dos limites da terra demarcada e vãos de apoio para a instalação de um núcleo permanente no extremo norte da TI (Okakai);
- Organização e elaboração, com a participação dos Waiãpi, de descrições e dados cartográficos, a serem conjugados aos dados de georeferenciamento, para produção e edição de um mapa e livreto detalhado da terra indígena e seu entorno;
- Instalação e manutenção de equipamentos de transporte e de comunicação (manutenção permanente dos equipamentos coletivos, conserto e aquisição e instalação de unidades de radiofonia, cursos de mecânica e motor de popa, cursos de construção de canoa).

II.2. Para aprimorar a capacidade de gestão territorial e administrativa dos Waiãpi

- Reuniões/ assembléias de parceria com a presença de todos os chefes dos 24 assentamentos da TI Waiãpi e dos assessores do CTI, assim como assembléias internas dos chefes de aldeia e estagiários indígenas deste Programa, para planejamento e avaliação das atividades previstas neste Plano;
- Apoio e subsídios à participação dos Waiãpi em reuniões e debates relacionados à questões fundiárias e ambientais. Visitas de representantes Waiãpi a núcleos de ocupação situados no entorno da terra demarcada (núcleos na estrada Perimetral



Norte, núcleos da Reserva Extrativista do Iratapuru, núcleos situados perto da Cachoeira Santo Antonio, rio Jari);

- Cursos de administração, com a participação de jovens e adultos, a serem realizados na TI Waiãpi, semestralmente;
- Apoio para dois estagiários indígenas que deverão - em sistema de rodízio - acompanhar permanentemente os assessores não-índios, seja para viabilizar e operacionalizar os trabalhos em campo, como em Macapá, acompanhar e assumir tarefas administrativas deste Plano;
- Regularização das estações de rádio a serem adquiridas através deste Programa e adequação do sistema todo de radiofonia de uso interno às aldeias Waiãpi;
- Apoio administrativo para a gestão administrativa do Plano, assim como apoio institucional e assessoria antropológica ao Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina.

III. Justificativas e metas

III.1. Ocupação e fiscalização permanente da terra indígena

As ações priorizadas no ano 2000 consistiram na reavivitação dos limites demarcados, com a limpeza de picadas, a reinstalação de placas e a vistoria dos marcos. Para os próximos dois anos, em acordo com a avaliação dos Waiãpi e da coordenação do Programa, pretendemos investir os esforços na consolidação da ocupação descentralizada e da fiscalização permanente da terra indígena.

Desde o final da demarcação física da TI Waiãpi, em 1996, este Programa tem entre seus objetivos "apoiar as famílias Waiãpi na instalação de novos núcleos de ocupação e de produção e/ou reativar núcleos que foram recentemente desativados, em lugares estratégicos". É importante salientar que esta meta só será atingida em caráter autônomo quando os Waiãpi tiverem integrado as expedições de vigilância no calendário de atividades de todas as aldeias / grupos locais responsáveis por cada zona limite; para tanto, nos comprometemos em apoiar demandas de alguns grupos locais que já se comprometeram em abrir roças (ou seja, futuras aldeias) próximas dos limites.

Como indicamos nos nossos relatórios anteriores, existem fortes pressões contrárias a esse tipo de ocupação descentralizada, tendo em vista que a maior parte das agências de assistência que atuam em áreas indígenas continuam investindo em ações e edificações em postos fixos, ou seja, no caso dos Waiãpi, na beira da estrada. Como uma boa parte dos grupos locais que continua vivendo em aldeias mais distantes, e que esta fração da população ainda não foi definitivamente atingida pelo apelo que as benfeitorias nos postos representam, consideramos fundamental que este projeto apoie não apenas

essas famílias que vivem em aldeias distantes, como as outras que se dispõem a ocupar novas aldeias na faixa dos limites, viabilizando, assim, a vigilância permanente.

III.1.1. Expedições e abertura de roças na faixa de limites

Como indicado no cronograma, estão previstas 12 expedições de fiscalização nos limites da área, em acordo com planejamento prévio realizado com os Waiãpi, que já indicaram os participantes de cada expedição. Durante a primeira etapa deste Plano, serão realizadas 8 expedições.

Para a fiscalização no norte da área, a partir de Okakai, é indispensável contar com o suporte de um motoserrista (no primeiro ano) e com apoio de aeronave (durante os dois anos).

Além das expedições, durante os meses que correspondem tradicionalmente ao período de derrubada de novas roças, os Waiãpi planejaram a abertura de roçados em zonas estratégicas do limite. A abertura de dez roças está prevista no período adequado a esta atividade (agosto/setembro 2001) que terá continuidade no ano 2002.

III.1.2. Sobrevôo e vôos de apoio ao Okakai

Desde a conclusão da demarcação da TI Waiãpi em 1996 não conseguimos realizar um sobrevôo completo dos limites da terra demarcada. Ora, como fica evidenciado em nossos relatórios, há uma demanda insistente dos índios em obter informações mais precisas sobre a situação no entorno de sua terra. Sobretudo, há uma efetiva mudança na situação de todas as faixas desse entorno, que precisa ser documentada e avaliada, como uma medida indispensável de avaliação da integridade da demarcação, diante da intensa ocupação da região. A proposta do sobrevôo é, segundo nosso entendimento, prioritária para a avaliação das metas e das necessidades futuras do trabalho de vigilância.

Incluimos no orçamento apenas dois sobrevôos (um por ano), além de dois fretes (um por ano) para Okakai, no extremo norte da terra demarcada.

Esses sobrevôos completos da TI serão realizados com a maior participação possível dos índios, incluindo registro em vídeo a ser realizado e divulgado nas aldeias, com a contribuição de um dos dois cinegrafistas, Kasiripinã e Muru), de modo a sanar uma série de dúvidas e questões que estão sendo intensamente debatidas nas aldeias e nas reuniões de parceria, qual sejam:

- o avanço maciço da ocupação às margens da Perimetral, limite leste
- a relativa tranqüilidade na faixa sul (Reserva Extrativista do Iratapuru)
- o efetivo avanço de garimpos - já invadindo a área - na faixa nordeste e noroeste (Visagem, Pa'kwar, alto Inipuku)
- a desinformação generalizada sobre o que está acontecendo na faixa de entorno a sudoeste.

III. 1.3. Dados descritivos e cartográficos

Desde o Projeto Demarcação, concluído em 1996, os assessores do CTI têm se esforçado para atualizar, periodicamente, um "mapa didático" da terra demarcada, para uso interno às aldeias (escala 250.000), onde são indicados os novos assentamentos e dados de georeferenciamento que vêm sendo produzidos durante as atividades de vigilância. Ao mesmo tempo, reunimos alguns mapas e croquis realizados pelos próprios Waiãpi, com a intenção de produzir uma cartografia mais precisa de todas as zonas que as equipes indígenas estão percorrendo e re-ocupando no âmbito do Programa de Vigilância.

Devido à falta de recursos e sobretudo de atualização das bases cartográficas, não tivemos a oportunidade de produzir um material mais completo sobre a TI Waiãpi. Para produzir esse documento cartográfico solicitamos, neste Plano, a aquisição de imagens de satélite atualizadas, incluindo a área de entorno da terra demarcada.

Também incluímos custos para produção de um novo mapa completo da área, e de uma edição comentada dos mapas, croquis e descrições a serem realizadas pelos Waiãpi na ocasião das expedições de vigilância. O material deverá permitir a edição de um Segundo Livro de Mapas da TI Waiãpi (atualizando o primeiro, editado em 1992).

III.2. Transporte

Os Waiãpi tem a disposição hoje apenas dois motores de popa (um 8HP que se encontra a aldeia Ajawary, extremo sul - outro de 15 HP que é utilizado para as atividades de vigilância e atende a todas as aldeias). Ambos exigem consertos permanentes, dado o uso intenso. Esses motores são insuficientes para garantir o atendimento das atividades de fiscalização (limite oeste/Jari, limite leste/Visagem, limite sudeste/Riozinho), paralelamente às necessidades de transporte entre aldeias "do centro" (entre Aramirã, Ytuwasu, Taitetuwa e Capoeira e entre Jakare e Mariry).

III.2.1. Capacitação e manutenção

Para garantir o melhor controle e conhecimento na manutenção desses motores, por parte dos Waiãpi, incluímos dois cursos no orçamento do plano anual, como segue:

Cursos de mecânica e motor de popa: Quando reiniciamos as atividades do Programa no final de 1999, tanto a oficina mecânica da aldeia Aramirã quanto os equipamentos de transporte e comunicação estavam em desuso por falta de manutenção. No primeiro semestre conseguimos recuperar parte desses equipamentos e reativar práticas de manutenção sob responsabilidade de cada aldeia. Também foi realizado um curso de

B

STC

mecânica e motor de popa, com total sucesso. Dois cursos estão previstos para o próximo período.

Cursos de construção de canoa, com instrutor indígena (preferencialmente Karipuna da Al Uaçá) para atender uma demanda já antiga dos Waiãpi, que pretendem recuperar uma técnica conhecida antigamente por alguns grupos locais da etnia. A fabricação de canoas em madeira irá garantir a independência de muitas comunidades locais instaladas em áreas onde é impossível o acesso com canoas motorizadas (extremo sul e faixa oeste e norte da área). Serão necessários dois cursos, em duas aldeias "centrais" no decorrer deste Plano operacional.

Manutenção dos equipamentos de transporte e radiofonia, periodicamente, para garantir a continuidade dos trabalhos em área, o trânsito entre aldeias centrais e zonas limítrofes, assim como entre Macapá e a área. Tendo em vista o número reduzido de equipamentos - especialmente o único veículo - optamos por incluir no orçamento um custo de manutenção da Toyota, dos 3 motores e canoas, além dos rádios, entre os quais há vários a recuperar.

III. 3. Capacitação para a gestão territorial e o controle administrativo do Programa

III. 3. Diagnóstico e desafios

Nos anos recentes, temos observado um número cada vez maior de populações indígenas consolidando organizações próprias (associações, cooperativas, conselhos, uniões, federações etc). Essa tendência evidencia a consciência social, capacidade de organização e habilidade de articulação dessas populações nos assuntos referentes ao contexto contemporâneo de relações ampliadas e intensificadas com sociedades envolventes (local, regional, nacional e até internacional).

Os Waiãpi não estão fora desse processo. No entanto, como para muitas outras sociedades indígenas, a apropriação de novas formas de representação e de gestão coletiva, através de uma organização indígena, é um processo extremamente demorado. Especialmente se consideramos que ao lado do Conselho das Aldeias (criado no bojo do processo da demarcação participativa, em meados dos anos 90), alguns líderes dissidentes fundaram uma associação concorrente: a "APIWATA", que tem optado por iniciativas completamente desarticuladas das tomadas pela maioria das aldeias e chefes Waiãpi.

Afirma esta maioria de representantes do Conselho / APINA que a associação concorrente não deverá prejudicar, daqui para frente, as iniciativas tomadas pela maioria. Para que isso aconteça, é indispensável fomentar e apoiar mecanismos de discussão e consulta entre aldeias, mais eficientes do que tem sido até o momento. É também

evidente que, no processo de consolidação de um Plano de Fiscalização permanente que tem como meta promover a auto-sustentação, a conservação da integridade social, territorial e ambiental do povo Waiãpi, são bastante preocupantes algumas alianças que membros da APIWATA vem construindo com políticos e empresários da região, cujas propostas entram em confronto direto com tal meta. Nesse contexto, ao longo do próximo ano, caberá à equipe de assessores do CTI fomentar entre os chefes de todas as aldeias, entre os jovens e os representantes do Conselho / Apina melhores condições para a apreciação e seleção entre as múltiplas propostas de "desenvolvimento" que diversos agentes de seu entorno vem lhes apresentando. Incluímos neste Plano um conjunto de atividades para este fim, consistindo em estágios, cursos e reuniões.

No que toca a particularidade do Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina, conjugada à particularidade da assessoria que o CTI vem prestando a esse grupo, o desafio é preparar um número mais amplo possível de jovens e adultos, para que possam repassar suas reflexões a respeito de conteúdos e práticas de um Programa de ocupação e vigilância permanente de sua terra, nos diferentes assentamentos em que essa sociedade se divide. Efetivamente, nossa opção é formar um número suficiente de pessoas que possam atuar como multiplicadores, evitando a centralização da informação e da tomada de decisões a uns poucos indivíduos, como é costumeiro na maioria das associações indígenas da região.

Inscreve-se nesse contexto mais amplo, portanto, a intenção manifesta do PPTAL em delegar responsabilidades institucionais do Programa de Vigilância ao Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina, assim como faz em outras das iniciativas que apoia.

É preciso, entretanto, ter responsabilidade e consciência sobre os riscos e dificuldades do processo, que apresenta, para todas as sociedades indígenas, os seguintes desafios:

- Diferentes estágios de compreensão e organização dos processos das sociedades envolvidas; a experiência de contato é extremamente variada e é absorvida de distintas formas por essas populações.
- Riscos do privilegiamento de lideranças indígenas, em detrimento de um processo de alcance social mais amplo, já que também é variada a compreensão e capacitação dos indivíduos indígenas em relação a esta experiência acima citada.
- A observância das enormes dificuldades de gestão, na quase totalidade dos processos de consolidação de organizações indígenas. Nesse novo contexto, uma série de novos conhecimentos e habilidades são exigidos: adequação às legislações e burocracias da sociedade envolvente, capacidade de gestão de recursos financeiros geralmente escassos, novos padrões de articulação coletiva etc.

A

B

C

- Descompasso entre a rápido crescimento das demandas por essas habilidades e conhecimentos para as populações indígenas e o lento processo de aprendizado e capacitação para assumi-los.

No caso específico dos Waiãpi, temos ainda a acrescentar as seguintes dificuldades:

- Ao longo do ano passado, ficou patente que a dificuldade de coordenação autônoma, por parte dos Waiãpi, dos trabalhos do PPTAL, relacionava-se ao acúmulo das atividades nas quais eles estão envolvidos, relacionadas aos programas do DSEI, GEA, Programa de Educação do CTI e do NEI, etc...
- Dificuldade estrutural em conceber e praticar um "coletivo". Efetivamente, o sistema sócio-político waiãpi estrutura-se sobre a independência dos grupos locais, que planejam e realizam suas atividades tradicionais sem necessitar da articulação com as demais unidades locais. Tal dificuldade de articulação coletiva para atividades que envolvam novas técnicas e/ou novos procedimentos de participação, é um tema constantemente discutido com os assessores do CTI, há vários anos. Assim, se existe hoje, por parte de muitos chefes e dos jovens formados pelo Programa de Educação, uma consciência em relação a este problema, não existe ainda por parte da maioria das famílias convicção de que deve ser resolvido para alcançar a "autonomia" na relação com as agências de assistência. Consideramos que esta dificuldade continua aguçada pela multiplicidade de agentes que atuam hoje na área indígena, especialmente porque a maioria delas não têm entre suas prioridades apoiar os índios na construção e apropriação de formas de gestão coletiva e participativa.
- Em decorrência destas características - tanto da estrutura social waiãpi quanto do assistencialismo vigente - observa-se entre os Waiãpi uma atitude que caracterizamos como um "assistencialismo assumido", especialmente quando se relacionam com pessoas que aceitam (ou preferem !) prestar serviços sem a participação ou o controle dos índios. Desta forma, qualquer atividade que vise consolidar a capacidade de gestão por parte dos próprios Waiãpi deveria ser acompanhada de um esforço de conscientização de todos os agentes que atuam na área, para que todos apoiem o processo de autonomização deste povo.

Feitas essas ressalvas, acreditamos que os Waiãpi já estão preparados para dar conta, de forma razoavelmente autônoma, das atividades de vigilância e fiscalização propostas neste Plano. A necessária dimensão coletiva desses processos de gestão, além do acompanhamento e controle burocrático de projetos e convênios, entretanto, é algo que ainda falta ser incentivado através da consolidação de conteúdos e práticas que esperamos poder consolidar com o apoio do PPTAL.

III.4. Fortalecimento da capacidade de gestão coletiva

III.4.1. Parceria entre o CTI e o Conselho / Apina

A execução do Programa, nos próximos 17 meses, será realizada em parceria pela equipe do Programa Waiãpi / CTI e pelo Conselho / Apina. Isto significa que todas as tarefas indicadas neste Plano serão realizadas com a participação ativa dos Waiãpi, procurando-se envolver todas as aldeias da área. Desta forma, esperamos que eles tomem parte ativa nas decisões referentes ao cronograma e às despesas necessárias para a execução das atividades.

Os recursos alocados pelo PPTAL ficarão sob a responsabilidade institucional do CTI mas a sua administração envolverá, permanentemente, representantes das aldeias e do Conselho / Apina.

III 4.2. Instrumentos desta parceria

Para viabilizar a participação dos Waiãpi na gestão deste Programa, estamos propondo três tipos de atividades, complementares, como segue:

Estágio, na forma de rodízio: Para o aprendizado e acompanhamento permanente das tarefas burocráticas e administrativas do Programa, jovens Waiãpi participarão de um estágio em sistema de rodízio, que deve se estender no período total deste Programa. O formato idealizado juntamente aos Waiãpi prevê a estadia de dois estagiários de cada vez, durante três semanas. Eles se hospedam na casa de apoio do Apina em Macapá e recebem uma ajuda de custo semanal para cobrir suas despesas de alimentação (a gestão e prestação de contas desta ajuda de custo sendo parte do treinamento). Durante o período de estágio, cada dupla desenvolve um conjunto de atividades, como segue:

- treinamento no uso de computadores
- tarefas básicas do escritório: arquivos, cópias, atendimento externo, correio, banco, etc..
- treinamento sistemático na elaboração de relatório, prestações de conta
- pesquisa de preços e compras
- contato diário com as aldeias através da radiofonia
- elaboração de relatórios e documentos do Apina

No final de sua estadia na cidade, também está prevista a participação dos estagiários nas expedições de vigilância, quando serão responsáveis pelo registro desta atividade, trazendo relatórios e mapas.

O rodízio de "duplas" que se sucedem mensalmente, é uma solução adequada não apenas para treinar um número amplo de jovens adultos. O público dos estágios, já

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

definido por ocasião de reuniões com a comunidade é de cerca de 20 pessoas e corresponde ao público dos cursos de administração. Na volta de cada dupla para as aldeias, eles tem como tarefa importante difundir informações e procedimentos cada vez mais precisas a respeito dos trabalhos em andamento na parceria entre o CTI e o Apina. O rodízio também atende uma demanda dos Waiãpi, que não gostam de ficar na cidade por períodos mais longos.

Os estagiários estarão, desta forma, contribuindo não só à realização de tarefas administrativas indispensáveis para as ações dos programas de educação e vigilância, como estarão aprendendo a estabelecer cronogramas de atividades que permitam atender as demandas de todas as aldeias. Efetivamente, uma das metas mais importantes nesse estágio é responsabilizar cada um dos estagiários pelo atendimento das demandas não apenas de seu grupo familiar, mas de todas e qualquer aldeia.

O formato do estágio já foi testado (com recursos do Programa Educação 2000) nos últimos meses, com algumas duplas. Esperamos, através do apoio solicitado ao PPTAL sistematizar seu funcionamento, do qual depende a efetiva gestão compartilhada deste Programa.

Reuniões (ou assembléias) de planejamento e avaliação: A cada seis meses, realizamos reuniões com todos os chefes, professores, agentes de saúde e "secretários" das aldeias, para avaliação dos trabalhos em curso na "parceria Waiãpi / CTI". No ano 2000, foram realizadas duas reuniões, a primeira em abril e a segunda em setembro. Participaram em cada oportunidade cerca de 60 Waiãpi, de todas as aldeias e das duas organizações que as representam (Apina e APIWATA).

É por ocasião dessas reuniões que os Waiãpi avaliam e planejam os trabalhos de vigilância e fiscalização, além dos outros programas desenvolvidos na área em parceria com o CTI (programa educação e programa ambiental) ou com a Secretaria de Educação (convênio dos professores indígenas e não-indígenas). No que toca à vigilância, as decisões tomadas nestas oportunidades são normalmente complementadas por ocasião das visitas realizadas pelo técnico indigenista, que circula de aldeia em aldeia. Percebemos, no entanto, que tal disponibilidade pode contribuir a um certo "relaxamento" no cumprimento do cronograma de atividades. Por este motivo, pretendemos que, em 2001, tal calendário seja acordado por todos os chefes e representantes de aldeia, semestralmente, nessas reuniões, nas quais deverão participar representantes do PPTAL de Brasília.

Como, este ano, o Projeto Educação do CTI não disporá de recursos para cobrir os custos destas reuniões, incluímos parte das despesas (transporte e alimentação) no orçamento deste Plano. Tendo em vista que o objetivo deste Programa é apoiar e melhorar a capacidade dos Waiãpi tomarem decisões mais coletivas a respeito das prioridades e dos procedimentos da vigilância, será fundamental garantir a realização dessas reuniões bi-anuais

Na próxima reunião (inicialmente prevista para o mês de abril, mas ainda sem confirmação por falta de recursos estamos nos propondo a discutir com os líderes e demais representantes das aldeias um novo procedimento para o controle administrativo do Plano de vigilância: que a verba alocada para cada uma das expedições/abertura de roças seja devolvida ao PPTAL toda vez que a atividade deixar de ser realizada no prazo previsto. Optamos por instaurar este procedimento para fomentar uma maior responsabilidade dos Waiãpi no que toca à auto-gestão dos recursos que eles irão administrar em parceria com o CTI. Efetivamente, como indicamos acima, a tendência desta comunidade poderá seguir o exemplo de muitas outras, que tendem a considerar "projetos" como somas de recursos "em aberto". Para evitar que recursos financeiros de futuros projetos, quando estes passarem oficialmente e completamente às mãos dos Waiãpi, sejam utilizados apenas na forma de "listas de compras", consideramos essencial experimentar novos procedimentos de controle do uso das verbas, para garantir que as atividades de interesse coletivo sejam efetivamente priorizadas.

Cursos de administração: Esta atividade é essencial para a formação dos jovens e de alguns adultos especialmente envolvidos nas questões comunitárias. Estamos propondo a realização de um total de 4 cursos, a serem realizados em aldeias, garantindo visibilidade para as comunidades locais. Entre 1999 e 2000, foram realizados dois módulos, em caráter experimental. Os resultados desta primeira experiência e o contexto atual nos confirmam a importância dessas oportunidades para o repasse e a discussão formalizada das múltiplas questões e técnicas indispensáveis para que os Waiãpi possam se posicionar diante dos múltiplos agentes que atuam na área e no seu entorno, assim como - e sobretudo - administrar programas em parceria com essas agências.

O público desses cursos são os 10 professores waiãpi, cerca de 5 agentes de saúde, além de líderes interessados, todos membros da diretoria do Conselho / Apina e adultos que atuam como representantes de suas aldeias, num total de cerca de 20 pessoas. O objetivo fundamental das ações acima propostas é fomentar a participação de todas as aldeias, através da capacitação de um número razoável de representantes. Estágios, reuniões/assembleias e cursos são instrumentos imprescindíveis para o aprendizado e a experimentação de práticas de gestão coletivas. São atividades que viabilizam o debate entre todos a respeito de alternativas para a garantia da integridade do território demarcado, a consolidação de alternativas de geração autônoma de renda, desenvolvimento e realização de projetos, as reivindicação de direitos adquiridos e assim por diante.

Estaremos assim dando espaço a um número cada vez maior de Waiãpi para que se posicionem e participem do árduo processo de fortalecimento de uma organização representativa de todas as aldeias. Consideramos se tratar de uma meta indispensável

no atual contexto de relações com inúmeros agentes da sociedade envolvente, que lhes abrem alternativas variadas - e muitas vezes contraditórias - para o seu futuro.

IV. Equipe técnica para a execução deste Plano

Considerando as metas específicas deste Programa, que visam articular as atividades em campo com a mobilização e a capacitação da comunidade para a gestão de seu território e de futuros programas de auto-sustentação, será indispensável contarmos com uma equipe de técnicos com experiência e disponibilidade para conduzir os trabalhos na forma de uma efetiva parceria com os índios.

A equipe técnica proposta para a execução do Plano previsto para os próximos 17 meses será composta de:

- um técnico indigenista, que assumirá a coordenação do Programa como um todo,
- um auxiliar administrativo para o acompanhamento e instrução dos estagiários indígenas,
- consultorias pontuais para os cursos de administração e para a orientação e avaliação antropológica do andamento dos trabalhos,
- prestação de serviços técnicos eventuais (instrutor de mecânica, de construção de canos e motoserrista).

Estamos propondo, portanto, que o técnico indigenista assuma a coordenação do conjunto das atividades, inclusive assumindo a responsabilidade pelo controle das tarefas administrativas. Mas, como durante a maior parte do ano, o indigenista deve estar em campo para acompanhar ou subsidiar os trabalhos das equipes indígenas, será indispensável contarmos com um auxiliar administrativo durante todo o período previsto neste Plano.

Como é do conhecimento do PPTAL, as exigências em termos de controle financeiro, prestações de conta, relatórios, planejamento operacional e de campo, etc... representam uma complexidade tal que não poderiam ser diretamente assumidas pelos Waiãpi. É por este motivo que incluímos, neste Plano, um conjunto de atividades de capacitação - o estágio em forma de rodízio, os cursos e as assembléias de avaliação (indispensáveis para o envolvimento dos mais velhos) - que devem garantir a participação efetiva do conjunto das aldeias para que possam adquirir gradativamente conhecimento dos

[Handwritten marks and signatures]

procedimentos de controle de trâmites burocráticos, financeiros e operacionais de projetos como este.

Temos clareza de que serão necessários vários anos de cursos e estágios e assembleias para que os jovens adultos que estaremos envolvendo nos trabalhos burocráticos estejam completamente preparados para dar conta, sozinhos, de demandas administrativas com as características deste Programa do PPTAL, cujas tarefas exigiriam, além de plena capacitação, a presença permanente de alguns deles na cidade. O que esperamos conseguir ao cabo deste novo Plano de 17 meses, é uma sensível melhoria da capacidade e no interesse de um número maior de jovens e adultos em acompanhar esses processos administrativos e de difundir junto às famílias de suas respectivas aldeias, procedimentos de gestão e controle territorial que possam garantir autonomia deste povo em todas as decisões envolvendo o futuro de sua terra, assim como capacidade de gestão de alternativas de auto-sustentação que poderão surgir como um dos resultados mais importantes deste Programa.

São Paulo e Macapá, 23 de Março de 2001

Bernadette Franceschini

Proposta elaborada pela Equipe do Programa Waiãpi a partir de planejamento realizado com os Waiãpi, no decorrer da etapa anterior deste Programa.

Coordenador das Atividades do Programa: Francisco Carlos Lima Garcia

Assessoria antropológica: Dominique Tilkin Gallois

Responsável pelo Centro de Trabalho Indigenista: Bernadette Franceschini

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

PLANO OPERACIONAL DE ATIVIDADES / PERIODO DE 17 MESES

Atividades ao Longo de 17 meses (cont.)	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
- Sobrevôo aos limites da T.I Waiãpi ; Reunião com habitantes de assentamento rural próximo para tratar de invasões na área; Curso de mecânica p/ motor de popa.								X									
- Expedição de vigilância ao limite oeste (Rio Muruku)									X								
- Expedição de vigilância aos rios Ary e Pakwar ; Curso de administração.										X							
- Expedição de vigilância ao rio Riozinho; Visita à Reserva Extrativista Iratapurú; Curso de administração.											X						
Visita à cachoeira Santo Antônio em Laranjal do Jari; Expedição ao rio Mukurú; Assembléia de perceria.												X					
- Curso de construção de canôa													X				
- Expedição ao rio Jaryta; Cursos de mecânica e administração														X			

[Handwritten mark]

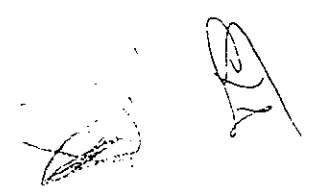
A

PLANO OPERACIONAL DE ATIVIDADES / PERIODO DE 17 MESES

Atividades ao longo de 17 meses(cont.)	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
- Apoio ao assentamento de famílias Waiãpi na região do Okakai.															X		
- Apoio ao assentamento de famílias Waiãpi na foz do rio Ary; Curso de administração.																X	
- Sobrevôo completo aos limites da Terra Indígena waiãpi; apoio ao assentamento de famílias Waiãpi na foz do rio Mukuru; Assembléia e reunião de parceria																	X



Bernadette Franceschini
Secretária Executiva do CTI



Programa de Vigilância e Fiscalização da TI Waiãpi - Orçamento

IV. Orçamento para 17 meses

I - Assessoria: coordenação, auxiliar administrativo, consultorias, prestação de serviços e passagens

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
I.1	Técnico Indigenista (coord.)	R\$ 2.000,00 mensais	R\$ 34.000,00
I.2	Auxiliar administrativo	R\$ 500,00 mensais	R\$ 8.500,00
I.3.	Consultoria antropológica	R\$ 1.500,00 p /semestre	R\$ 4.500,00
I.4	Consultor curso administração	R\$ 1.500,00 p/ curso	R\$ 6.000,00
I.5	Instrutor em mecânica	R\$ 700,00 p/ curso	R\$ 1.400,00
I.6	Instrutor construção de canoas	R\$ 800,00 p/ curso	R\$ 1.600,00
I.7	serviços motoserrista	R\$ 1.000,00 p/ empreita	R\$ 1.000,00
I.8	Diárias consultores	R\$ 69,00 X 30	R\$ 2.070,00
I.9	Passagens aéreas SP/MCP/SP	R\$ 1.400,00 X 3	R\$ 4.200,00
	SUB-TOTAL		R\$ 63.270,00

II - Despesas de manutenção para estágio, cursos e reuniões (p/ combustível ver item seguinte)

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
II.1	Fretes entre Macapá e TI Waiãpi	R\$ 350,00 / frete	R\$ 4.900,00
II.2	Aj.custo/alimentação estagiários	R\$ 300,00 mensal	R\$ 5.100,00
II.3	Apoio alimentação assembleias	R\$ 1.036,00 p/ assmbl	R\$ 3.108,00
II.4	Apoio alimentação cursos administ	R\$ 838,00 p/curso	R\$ 3.352,00
III.5	Apoio alimentação cursos mecanica	R\$ 450,00 p/curso	R\$ 900,00
	SUB-TOTAL		R\$ 17.360,00

Programa de Vigilância e Fiscalização da TI Waiãpi - Orçamento

Base de cálculo:

- Para cada curso de administração e cada assembléia, serão necessários dois fretes, de ida e de volta.
- Cada um dos dois estagiários waiãpi que passa 3 semanas em Macapá (sistema de rodízio) recebe uma ajuda de custo que cobre sua alimentação no período, de R\$ 50,00 por semana. No total, são R\$ 150,00 por estagiário, ou R\$ 300,00 para cada dupla.
- Para cada curso de administração é necessário apoio para alimentação de 24 participantes, durante 5 dias. O custo é de R\$ 5,00 por pessoa por dia, totalizando $24 \times 5 = R\$ 600,00$, além de serviços de apoio para a cozinha no valor de R\$ 238,00 por curso. No total são R\$ 838,00 por curso.
- Para cada curso de mecânica, o custo de apoio à alimentação é de R\$ 450,00, correspondendo a 10 alunos por 5 dias e apoio para cozinha.
- Para cada reunião/assembléia, com a presença de 60 pessoas, é necessário um apoio para alimentação, no valor de R\$ 5 por pessoa / dia, totalizando $60 \times 5 \times 3 \text{ dias} = R\$ 900,00$ e apoio a cozinha, no valor de R\$ 136,00, totalizando então R\$ 1.036,00.

III - Suprimentos e serviços para as atividades das equipes Waiãpi

III.1 - Frete de aeronave:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.2.1	Frete de Aeronave / Okakai (3 horas)	R\$ 2.400,00 / frete	R\$ 4.800,00
III.2.2	Frete Sobrevôo TI W (6 horas)	R\$ 4.800,00 / frete	R\$ 9.600,00
	SUB-TOTAL		R\$ 14.400,00

III.2 - Combustíveis e lubrificantes para suporte às atividades de vigilância:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.1.1	Óleo Diesel - transporte MCP/TI	R\$ 0,83 X 800 litros	R\$ 664,00
III.1.3	Comb. para expedições	ver tabela a seguir	R\$ 6.748,20
	Comb. para cursos	R\$ 380,10 / curso	R\$ 1.520,40
	Comb. para estágios	R\$ 390,00 / mês	R\$ 6.630,00
III.1.4	Comb. para reuniões / assembléias	R\$ 473,60 por reunião.	R\$ 1.420,80
	SUB-TOTAL		R\$ 17.010,40

[Handwritten signature]

Programa de Vigilância e Fiscalização da TI Waiãpi - Orçamento

- Memória de cálculo: Gasolina = R\$ 1,80 / litro - Diesel = 0,83 / litro - Óleo 2 tempos = R\$ 3.50 / litro - Óleo lubrificante - R\$ 4,00 / litro
- Comb. necessário para cada assembléia = 120 l. diesel = 99,60 + 200 l.gasolina = 360,00 + 04 l.óleo 2t = 14,00 = R\$ 473,60
 - Combustível necessário para cada curso de administração = R\$ 380,10 (120 litros de diesel + 150 litros de gasolina + 3 litros de óleo 2l)
 - Combustível mensal necessário para transporte dos estagiários = R\$ 390,00 (100 litros de gasolina + 240 litros diesel + 2 litros de óleo 2T)

III.3. Suprimentos para expedições / equipes Waiãpi:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.3.1	Suprimentos para expedições		R\$ 6.816,10
III.3.2	Supr. construção canoas	R\$ 280,00 / curso	R\$ 560,00
	SUB-TOTAL		R\$ 7.376,10

III.4 - Manutenção dos equipamentos (Veículo Toyota, aparelhos de rádio, motosserras, motores de popa e voadeiras) das aldeias e da oficina Waiãpi. Inclui tanto peças de reposição quanto serviços:

Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
III.5.1	Manutenção Toyota, canoas, motores de popa e unidades radiofonia	R\$ 1.000,00 mensais	R\$ 17.000,00
	SUB-TOTAL		R\$ 17.000,00

[Handwritten signature]

IV. - Cartografia:

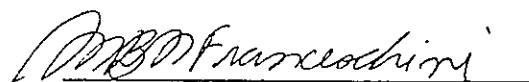
Item	Descrição	Base de cálculo	Total 17 meses
V.1	Aquisição imagens de satélite	R\$ 3.000,00 (média)	R\$ 3.000,00
V.2	Edição livro de mapas waiãpi	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
	SUB-TOTAL		R\$ 4.500,00

V - Resumo dos itens orçamentários

Item	Descrição	Total p/ 17 meses
I	Assessoria e serviços	R\$ 63.270,00
II	Estágios, cursos e assembl	R\$ 17.360,00
III.1	Fretes aeronave	R\$ 14.400,00
III.2	Suprimentos - combustíveis	R\$ 17.010,40
III.3	Suprimentos - mat. expedições	R\$ 7.376,10
III.4	Manutenção equipamentos	R\$ 17.000,00
IV	Cartografia	R\$ 4.500,00
	Total	R\$ 140.889,50

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES E DESEMBOLSO/ PRODUTOS PARA
O PERÍODO TOTAL DE 17 MESES**

Produto N°	Data	Valor	Produto
1	10 dias úteis após assinatura do contrato	R\$ 21.508,50	Na assinatura do contrato, para início imediato das atividades previstas no plano operacional em anexo
2	10° dia útil após o 3° mês de atividades	R\$ 31.690,10	Contra apresentação de relatório físico referente as atividades do primeiro trimestre.
3	10° dia útil após o 6° mês de atividades	R\$ 20.818,40	Contra apresentação de relatório físico referente as atividades do segundo trimestre. + apresentação do detalhamento do orçamento para a continuidade do Plano de Vigilancia Waiapi na segunda etapa de 2002 .
4	10° dia útil após o 9° mês de atividades	R\$ 20.274,50	Contra apresentação do relatório físico referente as atividades do terceiro semestre.
5	10° dia útil após o 12°mês de atividades	R\$ 20.299,00	Contra apresentação do relatório físico referente as atividades do quarto semestre.
6	10° dia útil após o 15° mês de atividades	R\$ 20.299,00	Contra apresentação do relatório físico referente as atividades do quinto semestre .
7	10° dia útil após o 17° mês de atividades	R\$ 6.000.,00	Apresentação do Relatório e Prestação de contas Finais sobre a atividade e aplicação financeira referente as atividades desenvolvidas no período de 17 meses.
TOTAL		R\$ 140.889,50	



Bernadette Franceschini
Secretária Executiva do CTI

